

## Sumário

Um prefácio redundante! .....	13
-------------------------------	----

### ABUSO DE AUTORIDADE

#### LEI Nº 4.898/1965

FABIO RAMAZZINI BECHARA, 15

Introdução .....	16
1. Objetividade jurídica .....	20
2. Sujeito ativo .....	20
3. Sujeito passivo .....	21
4. Elemento subjetivo .....	21
5. Consumação e tentativa .....	21
6. Condutas do art. 3º .....	22
a) Atentado à liberdade de locomoção .....	22
b) Atentado à inviolabilidade do domicílio .....	22
c) Atentado ao sigilo de correspondência .....	23
d) Atentado à liberdade de consciência e crença e ao livre exercício do culto religioso .....	24
e) Atentado à liberdade de associação .....	25
f) Atentado aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício do voto .....	25
g) Atentado ao direito de reunião .....	26
h) Atentado à incolumidade física do indivíduo .....	26
i) Atentado aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício profissional .....	27
7. Condutas do art. 4º .....	27
“a) Ordenar ou executar medida privativa de liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder.” .....	27
“b) Submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado em lei.” .....	29
“c) Deixar de comunicar, imediatamente, ao juiz competente a prisão ou detenção de qualquer pessoa.” .....	29
“d) Deixar o juiz de ordenar o relaxamento de prisão ou	

detenção ilegal que lhe seja comunicada.” .....	30
“e) Levar à prisão ou nela deter quem quer se proponha a prestar fiança, permitida em lei.” .....	30
“f) Cobrar o carcereiro ou agente de autoridade policial carceragem, custas, emolumentos ou qualquer outra despesa, desde que a cobrança não tenha apoio em lei, quer quanto à espécie, quer quanto ao seu valor.” .....	31
“g) Recusar o carcereiro ou agente de autoridade policial recibo de importância recebida a título de carceragem, custas, emolumentos ou de qualquer outra despesa.” .....	32
“h) O ato lesivo da honra ou do patrimônio de pessoa natural ou jurídica, quando praticado com abuso ou desvio de poder ou sem competência legal.” .....	32
“i) Prolongar a execução de prisão temporária, de pena ou de medida de segurança, deixando de expedir em tempo oportuno ou de cumprir imediatamente ordem de liberdade.” .....	32
1. Sanção administrativa (§ 1º) .....	34
2. Sanção civil (§ 2º) .....	35
3. Sanção penal (§§ 3º a 5º) .....	35
Processo e Procedimento .....	36

## TÓPICOS DE EXECUÇÃO PENAL

LEI Nº 7.210/1984

CARLOS F. MONNERAT, 43

I. Das Penas .....	44
1. Evolução .....	44
2. As Escolas .....	45
3. Os pilares da Execução Penal. ....	47
4. As penas em espécie .....	50
4.1. Multa Penal .....	50
4.2. Limitação de fim de semana .....	51
4.3. Prestação de serviços a comunidade .....	51
4.4. Penas privativas de liberdade .....	52
5. Os Benefícios .....	53

5.1. Progressão e Regressão de Regime de Cumprimento de Pena .....	53
5.2. Livramento Condicional .....	54
5.3. Indulto, indulto condicional, comutação e indulto humanitário .....	55
5.4. Remição pelo Trabalho e pelo Estudo .....	56
5.5. Prisão Albergue Domiciliar .....	57
6. RDD – Regime Disciplinar Diferenciado .....	57
7. Alguns incidentes em execução penal .....	58
7.1. Conversão de penas restritivas de direito em privativas de liberdade e vice-versa .....	59
7.2. Unificação ou somatória de penas .....	59
7.3. Unificação de condenações .....	60
7.4. Detração .....	60
7.5. Conversão da pena privativa de liberdade em medida de segurança .....	60

## CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

PAULO HENRIQUE ABUJABRA PEIXOTO

RODRIGO BORGHETTI DE AZEVEDO FREIRE, 61

Dos crimes contra o sistema financeiro nacional .....	65
---	----

## COMENTÁRIOS AO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

LEI Nº 8.069/1990

ÉLIO BRAZ MENDES, 103

1. Introdução histórica ao estudo crítico do Estatuto da Criança e do Adolescente. Dialogando com o passado para construir o futuro ..	104
2. Visão sistêmica e sistemática das legislações infanto-juvenis. A garantia dos direitos infanto-juvenis é matéria consagrada na Constituição Federal e nos Tratados Internacionais de Direitos Humanos .....	108
3. Disposições Gerais dos Crimes praticados contra as crianças e adolescentes .....	110
4. Dos Crimes em Espécie aplicados conforme o Código Penal Brasileiro, Parte Geral e o Código de Processo Penal Brasileiro ...	112





5. Conclusão. O Resgate do compromisso nacional .....	143
6. Referências .....	146

### CRIMES HEDIONDOS

#### LEI Nº 8.072/1990

MARCO AURÉLIO FLORÊNCIO FILHO, 149

1. Considerações iniciais .....	150
2. Crimes hediondos .....	150
3. Crimes equiparados a hediondo e as conseqüências penais e processuais penais para os crimes hediondos e equiparados .....	153
3.1. Anistia, Graça ou Indulto .....	154
3.2. Fiança .....	156
3.3. Regime de cumprimento de pena .....	157
3.4. Possibilidade de o réu apelar em liberdade .....	159
3.5. Prisão temporária .....	161
4. Estabelecimento prisional de segurança máxima .....	162
5. Livramento condicional .....	163
6. Formação de quadrilha ou bando .....	166
7. Delação premiada .....	167
8. Causa Especial de Aumento de Pena .....	168
8.1. <i>Bis in idem</i> .....	168
8.2. Limitação temporal à causa de aumento de pena .....	170
9. Prazo processual para o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins .....	170

### CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

#### LEI Nº 8.078/1990

MARCELO O. MENDES, 171

I. Introdução .....	172
II. Tipos penais previstos na Lei 8.078/90 .....	173

### QUESTÕES ATUAIS DOS CRIMES TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

#### LEI Nº 8.137/1990

ROBERTO CARVALHO VELOSO, 191

1. A legislação repressiva aos crimes contra a ordem tributária e o advento da Lei 8.137, de 27 de dezembro de 1990 .....	192
--	-----

2. Os crimes previdenciários previstos nos artigos 168-A e 337-A do Código Penal .....	199
3. A ação penal nos crimes contra a ordem tributária .....	205
3.1. A denúncia genérica nos crimes contra a ordem tributária como ofensa aos princípios e garantias constitucionais .....	205
3.2. A necessidade do prévio exaurimento da via administrativa para o exercício da ação penal nos crimes contra a ordem tributária .....	210
4. A extinção da punibilidade pelo pagamento do tributo .....	216
Referências bibliográficas .....	219

### CRIME ORGANIZADO

#### LEI Nº 9.034/1995

ALEXANDRE JEAN DAOUN, 221

Considerações gerais .....	222
Artigos e comentários pontuais .....	224

### INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS

#### LEI Nº 9.296/1996

DIEGO PESSOA COSTA REIS, 245

1. Introdução .....	246
2. Casos de inadmissibilidade .....	250
3. Legitimidade ativa .....	253
4. Processamento .....	254
5. Tipo penal .....	259

### CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO

#### LEI Nº 9.503/1997

FREDDY LOURENÇO, 261

Capítulo XIX .....	262
Dos crimes de trânsito .....	262
Seção I – Disposições Gerais .....	262
Seção II – Dos Crimes em Espécie .....	342
Capítulo XX .....	395

Disposições finais e transitórias .....	395
---	-----

LAVAGEM DE DINHEIRO: DO CONTEXTO HISTÓRICO À ATUALIDADE  
E SUA CRIMINALIZAÇÃO PELA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

LEI Nº 9.613/1998

LEONARDO MASSUD

LEANDRO SARCEDO, 397

I. Introdução .....	398
II. O(s) conceito(s) de “lavagem de dinheiro” .....	398
III. Evolução histórica do crime de lavagem de dinheiro .....	401
IV. Bens jurídicos objeto da incriminação da lavagem de dinheiro ....	404
V. Transcrição dos dispositivos legais comentados .....	409
VI. O tipo penal objetivo do artigo 1º, <i>caput</i> , da Lei nº 9.613/98 .....	412
VII. Os crimes antecedentes: conceituação .....	413
VIII. As figuras típicas dos §§ 1º e 2º do artigo 1º da Lei nº 9.613/98 .....	417
IX. Problemática: “a denúncia será instruída com indícios suficientes da existência do crime antecedente” (artigo 2º, § 1º, da Lei nº 9.613/98).....	419
X. Da causa especial de aumento de pena quando o crime é cometido de forma habitual ou por intermédio de organização criminosa (artigo 1º, § 4º, da Lei nº 9.613/98) .....	423
XI. Da delação premiada (artigo 1º, § 5º, da Lei 9.613/98) .....	424
XII. Conexão entre o crime de lavagem de dinheiro e o crime antecedente: regra específica para determinação da competência para julgamento (artigo 2º, inciso II, da Lei nº 9.613/98) .....	427
XIII. Inaplicabilidade do artigo 2º, § 2º, da Lei nº 9.613/98 .....	430
XIV. Inaplicabilidade do artigo 3º da Lei nº 9.613/98, que proíbe a concessão de fiança e liberdade provisória .....	431

COMENTÁRIOS AO ESTATUTO DO DESARMAMENTO

LEI Nº 10.826/2003

RICARDO ANTONIO ANDREUCCI, 433

1. A descriminalização do uso de arma de brinquedo .....	434
--	-----



2. Crimes em espécie .....	435
2.1. Posse irregular de arma de fogo de uso permitido .....	435
2.2. Omissão de cautela .....	438
2.3. Porte de arma de fogo de uso permitido .....	439
2.3.1. Porte ilegal de arma e outros crimes .....	443
2.3.2. Crime inafiançável.....	447
2.4. Disparo de arma de fogo .....	448
2.4.1. Crime inafiançável.....	449
2.5. Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito .....	450
2.6. Supressão ou alteração de marca, numeração ou sinal de identificação de arma de fogo ou artefato .....	453
2.7. Modificação das características da arma de fogo .....	454
2.8. Posse, detenção, fabricação ou emprego de artefato explosivo ou incendiário .....	455
2.9. Porte de arma de fogo de numeração raspada .....	455
2.10. Venda, entrega ou fornecimento de arma de fogo, acessório, munição ou explosivo a criança ou adolescente .....	456
2.9.1. Revogação do art. 242 do ECA .....	457
2.11. Produção, recarga, reciclagem ou adulteração de munição ou explosivo .....	457
2.12. Comércio ilegal de arma de fogo .....	457
2.13. Tráfico internacional de arma de fogo .....	459
2.14. Causas especiais de aumento de pena .....	460
2.15. Fiança e liberdade provisória .....	460

## LEI DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

### LEI Nº 11.340/2006

MARILIA MONTENEGRO PESSOA DE MELLO, 465

1. Introdução .....	466
1.1. O porquê de Maria da Penha .....	467
2. O “tipo penal” de violência doméstica .....	468
COMENTÁRIOS POR ARTIGOS .....	472

COMENTÁRIOS À LEI DE DROGAS

LEI Nº 11.343/2006

LEONARDO SIQUEIRA, 511

1. Disposições preliminares .....	512
2. Do sistema nacional de políticas públicas sobre drogas .....	512
3. Das atividades de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas .....	513
3.1. Da prevenção .....	513
3.2. Das atividades de atenção e de reinserção social de usuários ou dependentes de drogas .....	513
3.3. Dos crimes e das penas .....	514
3.3.1. considerações iniciais .....	514
3.3.2. Posse para consumo pessoal .....	515
4. Da repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas .....	521
4.1. Disposições gerais .....	521
4.2. Dos crimes .....	522
4.2.1. Tráfico de drogas .....	522
4.3. Disposições gerais .....	540
5. Procedimento penal .....	545
5.1. Procedimento em caso de posse para consumo pessoal .....	545
5.2. Procedimento em caso de repressão à produção não autorizada e ao tráfico de drogas .....	546
6. Da apreensão e destinação de bens do acusado .....	550

CONSIDERAÇÕES CRIMINOLÓGICAS SOBRE A REPRESSÃO

AO USO E AO TRÁFICO DE DROGAS

LEI Nº 11.343/2006

ALBERTO ZACHARIAS TORON, 553

